

Lei nº 226/89

Dispõe sobre contratação de serviços em caráter excepcional e por tempo determinado conforme o previsto no Artigo 37 inciso IX da Constituição Federal.

A Câmara Municipal de Pirenópolis aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º: Fica o Poder Executivo autorizado contratar em caráter excepcional e por tempo determinado profissionais nas seguintes condições:

1 - Em caso de destruções de obras de arte, estradas ou atraços por temporal, que venham prejudicar sobre maneira o transporte rural.

2 - Em casos que o Município venha executar diretamente obras convencionadas de caráter excepcional.

3 - Em casos de a Unidade Mista de Saúde ficar sem a Médicos e Dentistas normalmente contratados.

Artigo 2º: Depende de autorização legislativa em cada caso, devendo ser especificado o número de pessoas a serem contratadas e tempo de duração do contrato.

Parágrafo Único - A contratação nos casos previsto no Artigo 1º só poderá ser feita se houver dotação orçamentária.

Artigo 3º: A Contratação poderá ser feita com pessoas físicas, profissionais autônomos, diretamente contratadas na Prefeitura, com profissionais liberais dentro de Normas Contratuais estabelecidas pelo Executivo.

Artigo 4º: Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pirenópolis, 31 de Setembro

Lei nº 227/89

de 21 de Setembro de 1.989.

Dispõe sobre a Contratação de Servidores Municipais em caráter excepcional, conforme Lei Municipal nº 226/89.

A Câmara Municipal de Peruíbe aprovou e eu, Prefito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º: Fica o Poder Executivo autorizado a contratar 10 (Dez) servidores Municipais em caráter excepcional, para a execução de 2.800 Mts de Rede de Esgoto nos bairros Jardim Nova Peruíbe e Morada do Sol.

Artigo 2º: Serão contratados 02 (dois) Pedreiros, 01 (Um) Artífice e 07 (sete) Auxiliar de Serviços Gerais, em um período de 90 (noventa) dias.

Artigo 3º: As despesas da execução da presente Lei, correrão por conta do Convênio efetuado entre a Prefeitura e a Janebase nº 5077 de 09 de Agosto de 1.989.

Artigo 4º: Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.